

Título: ***Transindividual e Autodeterminação: aproximações entre o problema da raça e os limites do indivíduo na contemporaneidade***

Proponente: Maria Fernanda Novo dos Santos

Resumo

Este projeto de pesquisa se insere no campo da filosofia política contemporânea a partir de um problema emergente que ganha centralidade nas delimitações sobre a noção de indivíduo, qual seja, o problema da raça. Esta é uma investigação que requer um trabalho de aproximação de tradições e de conceitos oriundos dos debates sobre as transformações que orientam a noção de indivíduo. A análise das condições objetivas de tais transformações dependem do interseccionamento entre teorias capazes de dialogarem com a tradição filosófica, ao mesmo tempo que se ancoram nas configurações políticas e sociais de hoje. As linhas conceituais que se aproximam neste projeto compreendem a teoria da individuação e o transindividual propostos pelo filósofo francês Gilbert Simondon e a teoria crítica ao modelo de racialização ocidental e a noção de autodeterminação descrita pelo filósofo camaronês Achille Mbembe.

Enunciado do problema

Em reflexão retroativa sobre minha tese de doutoramento, observo que nela aparecem questões que se prolongam sobre o problema do indivíduo contemporâneo, que ao mesmo tempo apresentam tanto uma readequação de suas definições e limites a partir do pluralismo ontológico, quanto uma necessária articulação do indivíduo com o coletivo. Na tese, a investigação sobre o indivíduo foi guiada pelo caráter transversal da noção de individuação presente na tradição francesa contemporânea, em especial aquela compreendida como filosofia da vida. Algumas consequências fundamentais são extraídas de imediato quando se pensa o indivíduo, tais como o problema do antropocentrismo, da subjetividade e da identidade. O resultado mais proeminente da tese apresentou um apontamento que torna imprescindível pensar o indivíduo na relação com o coletivo, e a individuação na relação com o transindividual.

O conceito de transindividual¹ a partir do que foi proposta por Gilbert Simondon em *Individuation à la lumière des notions de forme et d'information* (1958) será um dos eixos centrais deste presente projeto de pesquisa. A partir deste conceito pretendemos investigar seus desdobramentos na constituição das noções de individuação psico-coletiva e de identidade. Partimos da premissa que compreende que a noção de indivíduo hoje só pode ser pensada a partir do reposicionamento do que é a noção de raça, o que impulsiona as teorias sociais e políticas responderem às reivindicações dos sujeitos

1 Trabalhamos as definições deste conceito no artigo *Subjetivação e identidade: implicações do transindividual em Simondon*. Curitiba: Revista dois pontos, 2019.

racializados, organizados em movimentos sociais e também situados como agentes de produção do conhecimento². Reivindicações estas que procuram compreender a reposição do racismo, que insistem em fixar o indivíduo racializado em posições sociais e em modelos identitários à revelia de seu empenho pela autodeterminação; conceito que compõe o segundo eixo central da pesquisa. Diagnóstico este expresso pelo projeto filosófico de Achille Mbembe, em *A crítica da razão negra* (2013)³, a partir do qual conhecemos as deficiências da modernidade em integrar o negro nas premissas do universalismo e da democracia na distribuição das benesses advindas do desenvolvimento científico, tecnológico e político, tão caros ao enredo moderno. Do transindividual de Simondon à autodeterminação de Mbembe existem aproximações teóricas que contribuem para o entendimento do que significa ser indivíduo negro hoje, questão central para a pesquisa que pretendemos realizar.

Por fim, é importante dizer que ao longo dos anos do doutorado ampliei o possível o campo teórico de uma pesquisa sobre individuação, que partiu de um domínio epistemológico para um domínio ético-político. Este percurso foi impulsionado pelas que as relações sociais e a conjuntura política de hoje que parecem repor velhos artifícios de hierarquização racial. O presente projeto de pesquisa, que de algum modo se inicia no doutorado, é a chance de continuar trabalhando para contribuir com os debates da filosofia e ciências humanas interessados em refletir sobre qual indivíduo nos tornamos a partir da nossa experiência brasileira socio-histórica e ético-política.

Justificativa

A individuação psico-coletiva e o transindividual

A noção de meio social contemporâneo pode ser entendida como sistema de relações que propõe a superação do binarismo indivíduo/sociedade, distensionando estes dois polos que de uma perspectiva clássica estão sempre em confronto. O social, como define Simondon, é uma zona de participação. “A vida social é a relação entre o meio de participação e o meio de não participação”⁴. Mas, a participação não é simplesmente o pertencimento a um grupo exterior, a identificação com um grupo⁵ que já estaria previamente definido no social. “A sociedade de fato não é o resultado da presença

2 Sobre este tema a partir da década de 30 surge o trabalho de crítica francófona com a revista *Presence Africaine* que irá reunir os intelectuais que formularam a noção de negritude como um conceito que passa a ser central para definir a experiência do indivíduo negro como sujeito de conhecimento que pretendia se libertar das imposições do colonizador. O trabalho deste grupo de intelectuais conhecidos como PanAfricanistas ganhou repercussão ao longo do século XX, entre eles figuram nomes como Aimé Césaire, Leopold Senghor, Leon Damas. As críticas às limitações da noção de negritude foram apresentadas pelo antropólogo Kabenguele Munaga em *Negritude, usos e sentidos*.

3 MBEMBE, A. *Critique de la raison nègre*, Édition La Découverte, 2013.

4 SIMONDON, G. *Individuation à la lumière de la notion de forme e d’information*, p. 280. Doravante citado como ILFI.

5 A referência à sociologia anglo americana aparece na definição de grupo de interioridade e grupo de exterioridade. Este último não pode responder totalmente ao pertencimento de indivíduo em um grupo. O grupo de interioridade não é um aglomerado de personalidades, mas uma superposição delas, de modo que a interioridade seja coextensiva à personalidade do grupo. Personalidade é o resultado somático de tendências, instintos, crenças, significações e expressões. Deste modo, o envolvimento das personalidades individuais num grupo já é uma individuação, é a resolução de conflitos, transformação de tensões em estabilidade orgânica, estrutural e funcional. Cf. ILFI, p.289

mútua de muitos indivíduos, porém ela também não é uma realidade substancial que deveria ser superposta aos seres individuais e conhecida como independente deles: ela é operação e condição de operação pela qual se cria um modo de presença mais complexo do que o ser inteiramente individuado⁶”. Seria difícil superar o modelo antropologia clássica que preserva a cisão do dualismo ontológico ao qual evoca a oposição entre natureza/cultura e indivíduo/sociedade⁷ caso não se conceba a sociedade como a *operação*, como interpreta Simondon, cuja complexidade ultrapassa os arranjos e combinações de um indivíduo individuado como origem e/ou o resultado da sociedade. Em outros termos, o reconhecimento da coextensividade interior do indivíduo com a do coletivo esclarece que esta conexão não é uma questão de anterioridade e tampouco de hierarquia. O coletivo indica, sobretudo, o necessário princípio relacional: “o humano é social, psicossocial, psíquico, somático, sem que nenhum destes aspectos possa ser tomado como fundamental enquanto outros seriam jogados como acessórios”⁸.

A partir desta breve consideração, entendemos que estamos diante da emergência de um tipo novo de ontogênese e quanto de sociogênese, que traz para o centro da cena os efeitos reais de elementos não assimilados por uma concepção que define a relação indivíduo/sociedade a partir do modelo do indivíduo individuado. Nesta perspectiva, o projeto simondoniano figura como o principal articulador de uma teoria da individuação, resultado de variados intercâmbios entre filosofia e ciências da vida, ética e tecnociências. A crítica ao indivíduo individuado explora justamente a necessidade de organização de um outro modelo que versa sobre a relação indivíduo/sociedade, a fim de garantir a participação de elementos classicamente não considerados para a concepção de indivíduo. Esta crítica vem refundar as formulações sobre o indivíduo que correspondem aos novos arranjos teóricos para as concepções metafísica (indivíduo/ser) sociológica (indivíduo/sociedade) e psicológica (indivíduo/subjetividade). Na teoria simondoniana o indivíduo aparece como uma realidade relativa em que mesmo depois da individuação não se esgota os potenciais contidos em no pré-individual⁹. Além disso, a individuação faz aparecer a relação indivíduo-meio. Isso torna a filosofia, quando seu objeto é

6 ILFI, p. 286

7 Sobre este assunto o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro em *O Conceito de sociedade em Antropologia* procura a partir de uma ontogênese delimitar os tensionamentos que aparecem nas disputas das teorias antropológicas sobre as definições de natureza, cultura, indivíduo, sociedade que pretendem vincular estes termos a duas perspectivas herdeiras da polaridade moderna que concebia a sociedade numa chave formalista mediada pelo *contrato*, ora na chave de um todo orgânico, que prescindia a forma moral mediada pela noção de organismo; uma noção individualista e outra noção holista do social. As duas antinomias que definem os campos simbólicos da antropologia perseguem a questão: “A sociedade é a soma das interações e representações dos indivíduos que a compõe, ou ela é sua condição supraindividual, e como tal um “nível” específico da realidade?” (p. 302). Contudo, longe ao invés de resolvê-las é preciso explorar os efeitos reais destas concepções da antropologia. Diz Viveiros de Castro, “sabemos entretanto, é isso é uma lição da própria antropologia, que concepções imaginárias (mas todas o são) produzem efeitos reais (e todos o são). Se este é o caso, então continuaremos à procura de conceitos capazes de iluminar as diferenças entre as sociedades, única via aberta à antropologia para visar eficazmente a condição social de um ponto de vista verdadeiramente universal, ou melhor, ‘multiversal’, isto é, um ponto de vista capaz de gerar e desenvolver a diferença”. (p. 315). Cf. VIVEIROS de Castro, E. *A inconstância da alma selvagem*, São Paulo: Cosac Naif, 2002.

8 ILFI, p. 280

o indivíduo, capaz de cruzar variáveis políticas, ambientais, sociais, antropológicas, históricas e psicológicas para análises. E nisto reside a contribuição desta teoria para as ciências humanas.

O conjunto de determinações a respeito da formação do indivíduo contemporâneo está conceitualmente ligado às formulações modernas presentes nas ciências biológicas, na sociologia, nas ciências política, na antropologia e na filosofia. Não existe indivíduo contemporâneo sem o indivíduo moderno, todavia não se pode pensar esta relação nos termos de uma contiguidade harmoniosa. Também não se trata de isolar as duas perspectivas, mas sim observá-las, cada uma em seu lugar, problematizadas para solucionar as questões de método na realização de seus interesses. Uma das tarefas da *nova* individuação é deslocar o paradoxo do universalismo geo-localizado. Se o projeto antropocêntrico das ciências modernas inibiu a representação de outras formas de vida e, sobretudo, outros modos de vida, o *turning point* contemporâneo se abre a uma amostra muito mais vasta do que os típicos exemplares. Não basta ser um indivíduo universal para ser um problema filosófico é preciso ser indivíduo em individuação.

“Tudo se passa como se sobre uma primeira individuação específica o humano procurasse uma outra, e tivesse necessidade de duas individuações sequenciais. Acolhido como vivo no mundo, ele pode se associar para explorar o mundo; porém falta ainda alguma coisa, ainda fica um buraco, um inacabamento. Explorar a natureza não é completamente satisfatório; a espécie em face do mundo não é um grupo de interioridade; é preciso uma outra relação que faça existir cada humano como pessoa social, e por isso, é preciso esta segunda gênese que é a individuação do grupo”¹⁰

Para Simondon, os elementos capazes de assimilar outras formas de vida e outros modos de vida na cadeia da individuação são a afetividade e o psiquismo como funções resolutivas da individualidade. São estes outros elementos que estão disponíveis para análises que conferem ao processo de individuação uma vantagem ao investigar a via de mão dupla que conecta indivíduo e sociedade. Por isso, mobilizar as funções afetivas e psíquicas não implica em reforçar um privilégio ontológico que submete as variadas formas e modos de vida à representação de seres de segunda classe. Por isso, se há um sentido novo na teoria da individuação de Simondon isso se deve à reorganização dos limites do psíquico, do coletivo e do social. Estes termos se traduzem em afeto, subjetividade, identidade na individuação psico-coletiva.

A superação do vitalismo antropocêntrico leva o filósofo a assumir a experiência coletiva como eixo fundamental da individuação, em que a primeira consequência é a compreensão de uma

9 O pré-individual corresponde à carga de realidade potencial, a um conjunto de indeterminações que só serão atualizados na mobilização do indivíduo por mais uma individuação. A noção de indivíduo se transforma, se alarga para além de sua realidade individuada. “É preciso integrar no domínio do exame filosófico a ontogênese, no lugar de considerar o ser individuado como absolutamente primeiro. Esta integração permitiria ultrapassar certos postulados ontológicos da crítica, postulados que são essencialmente relativos à individuação; ele permitiria também recusar uma classificação dos seres em gênero que não correspondem a sua gênese, mas a um conhecimento tomado depois da gênese [...]. Trata-se, portanto, de assistir à gênese dos seres individuados a partir de uma realidade pré-individual, contendo potenciais que se resolvem e se fixam em sistemas de individuação.” ILFI, 302

10 ILFI. 293

antropologia¹¹ que se apresenta como espelho da individuação psico-coletiva e do transindividual. O transindividual é uma individuação do grupo que está para além das relações biológicas e interindividuais. A diferença entre o transindividual e o interindividual é justamente a condução e organização de uma segunda individuação. Ou seja, a individuação vital simplesmente não consegue resolver as tensões na interioridade do grupo. Esta impossibilidade gera a necessidade de uma segunda individuação, mais ampla que a primeira e que ultrapassa os problemas específicos da individuação biológica. A individuação biológica não esgota a carga de realidade pré-individual e pré-vital responsáveis por lançar o indivíduo numa segunda individuação. Em suma, o transindividual se realiza como reativação da carga pré-individual que se mantém latente ao longo da individuação biológica. Esta mesma carga de força pré-vital se realiza no transindividual, pois é pela tensão, pelo equilíbrio metaestável que a segunda individuação se realiza.

“Portador da realidade pré-individual o humano encontra no outro uma outra carga desta realidade [...]. Pode-se dizer neste sentido que a espiritualidade é marginal em relação ao indivíduo mais do que central, e que ela não institui uma comunicação das consciências, mas uma sinergia e comum estruturação dos seres. O indivíduo não é somente indivíduo, mas uma *reserva de ser* ainda impolarizado, disponível, em espera. O transindividual está com o indivíduo, mas ele não é o indivíduo individuado.¹²”

Deste modo, podemos entender que o ser espiritual aparece como medida da singularização, da realização de tendências como a resolução de potenciais que precedem o indivíduo. O ser espiritual é em suma a expressão da singularização humana. O transindividual é por sua vez a reserva de ser para as individuações futuras, que também não se esgotam na realização do ser espiritual; esta não é a última fronteira da individuação e impor este limite ao humano é particularizar o transindividual. Neste sentido, a originalidade da teoria de Simondon e que o define antípoda do hilemorfismo está precisamente em assumir, no seio da individuação, uma realidade não individualizável, que restará sempre como reserva, como carga disponível para novas individuações. O indivíduo tem consciência da existência de uma realidade que subjaz a ele mesmo e que aparece nos momentos críticos, de transformação e criação de novas estruturas. O indivíduo se enreda nesta realidade não individualizável a partir de uma chave quer seja mitológica, social ou histórica. O transindividual se acopla à carga de realidade pré-individual o que o torna algo não estruturado, por isso, está ao mesmo tempo dentro e fora do indivíduo¹³. A transitoriedade do transindividual é o que define sua característica não estruturada. Ele aparece quando acontecem as passagens de uma individuação para outra, e desaparece quando a

11 No ensaio *Tecnologia e o futuro do humano* Laymert Garcia dos Santos apresenta uma redefinição dos limites do humano a partir da sobreposição do domínio tecnológico na vida humana e não humana. Para reformulação dos parâmetros de definição do indivíduo é necessário incluir novas noções que permitam circunscrever os novos arranjos da relação entre o humano e o indivíduo. Cf. SANTOS, L. G. *Polítizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. 2 ed. São Paulo, Editora 34, 2011

12 ILFI, p. 295. grifos do autor

13 O caráter atópico do transindividual reposiciona o problema metafísico da imanência e transcendência ILFI, 296

individação alcança o equilíbrio metaestável. O transindividual¹⁴ como realidade não estruturada se encarna, se “desdobra em consciência coletiva e em corporeidade coletiva sob a forma de estruturas e de limites que fixam os indivíduos”¹⁵.

O problema da identidade

A partir do que apresentamos até aqui, podemos dizer que só se pode circunscrever o problema do indivíduo se o coletivo estiver igualmente exposto, se ele for explorado na mesma medida e com o mesmo interesse que o individual. A estabilidade provisória deflagrada pela solução da individuação acontece na condição de coextensividade do problema do indivíduo com o problema do grupo. O indivíduo *se identifica* como a expressão dessa coextensividade entre esfera individual e coletiva. Contudo, não é a identidade pessoal que define o coletivo; a identidade não é um caso de reconhecimento espelhado da esfera interior do indivíduo com a exterior de um grupo. Para resolver o problema da identidade não basta equacionar as semelhanças exteriores à impressão de pertencimento individual. As semelhanças não alcançam a complexidade *espiritual* do grupo, ou seja, o indivíduo só pertence a um coletivo quando há mais do que o reconhecimento de características biotípicas. O indivíduo só pertence a um coletivo se a individuação que o anima como um ser de relações coincide com as problemáticas presentes nos modos de subjetivação e do transindividual. Pode parecer que falar em identidade é manter o conhecimento sobre a individuação no modelo do indivíduo individualizado. Contudo, esta aparência é desfeita quando lidamos com a identidade e sua importância para a individuação psico-coletiva quando submetida ao princípio do equilíbrio metaestável, como se as identidades fossem provisórias para a manutenção do equilíbrio em constante tensão com o conteúdo individual e transindividual. Contudo, é preciso atenção para que o problema da identidade não seja uma retomada de um modelo aficcionado em classificações estanques, abjeta aos diversos elementos e relações que se combinam na realidade social. Atenção também necessária às perspectivas que entendem a dissolução da identidade como solução para as ‘inadequações’ ou ‘imprecisões’ das identidades.

Parece que há um eixo deste problema que merece uma detida investigação sobre o complexo processo de subjetivação engendrado a partir da raça ou da racialização vivida pelos

14 É importante destacar aqui a aproximação que o Etienne Balibar no ensaio *Spinoza, From individuality to transindividuality* faz do transindividual com a *Ética* de Espinosa. Este é um ponto de convergência do uso transindividualidade como um recurso para análises sobre as implicações ético-políticas da individuação. A proposta de Balibar é notar que a individualidade é dependente da transindividualidade, ou seja, é o transindividual que determina os sucessivos graus da individuação. Não queremos dizer com isso que a inspiração simondoniana de Balibar para interpretar a *Ética* de Espinosa tenha definido a fundação do transindividual na filosofia espinosana. O interesse em explorar a proposta de Balibar é dotar a noção de transindividual de uma força integradora entre indivíduos. BALIBAR, E. *Spinoza, From individuality to transindividuality*. Eburon Delft, 1997

15 ILFI, 296

indivíduos não adequados ao padrão da identidade definida pelos modelos teóricos *desencarnados*. Neste sentido, e a partir dos acontecimentos sócio-históricos no Brasil e no mundo das últimas décadas vemos o esforço pelo engajamento social que denuncia a manutenção do racismo como forma de exclusão social¹⁶, e que reivindica a inclusão do indivíduo racializado como sujeito do conhecimento. Diagnóstico este que inclui um acumulado de fatos que atualizam o racismo e a resistência contra ele, que mais recentemente se expressa nos movimentos pela independência da colonização europeia na África e no Caribe, pelas lutas pelos direitos civis e constitucionais nos Estados fundados em regimes escravistas e pelas lutas pelo fim do apartheid como forma de governo. Em outros termos, os movimentos de insurgência deflagrados a partir da década de 50 do século XX podem ser o resultado das inquietações sobre os modelos identitários excludentes que divide a humanidade entre aqueles para quem o direito é uma forma de exclusão e aqueles para quem o direito representa a manutenção do poder¹⁷.

A reposição do problema da identidade foi resultado de um esforço para responder ao modelo excludente através do qual estavam submetidos aqueles reunidos por um tipo de condição subjetiva da falta, da opressão e da violência. O alcance do transindividual joga luz na complexa transformação psico-sócio-política que alterou o sentido da história quebrando a lógica naturalizadora da dominação racial. O transindividual não tem todas as respostas para as facetas que se desenrolam nesta transformação, mas certamente contribui para percebê-las. Destacamos a partir daqui a circunscrição de um campo que marcará disputas teóricas e sociais para que a noção de indivíduo que seja *encarnada*, ou ao menos integrada aos longos processos históricos, e que seja capaz de problematizar um processo de subjetivação que torna os indivíduos tanto agentes de sua individuação quanto condutores de processos políticos. A identidade deve ser reformulada menos porque a identidade moderna parece estar atada a uma crise insuperável, e mais porque a própria noção de identidade deve ser repaginada visto que o problema do racismo como forma de exclusão ainda persiste. Todavia, não se trata de reduzir o problema da identidade à solução retórica da igualdade. O que está em jogo é a criação de novas combinações teórico-conjunturais que favoreçam a assimilação de uma realidade complexa que atravessa os indivíduos racializados neste início do século XXI.

Autodeterminação e o saber de si

Seria o transindividual um começo para o reconhecimento da construção de modos de subjetivação onde se cruza história individual e coletiva? Partindo da ideia de que a carga pré-individual

16 O sociólogo Abdias Nascimento esclarece pontos centrais das formas de discriminação que se perpetuaram no Brasil após a abolição. Os textos reunidos em *Genocídio do Negro Brasileiro* estudo aborda pelo viés da crítica da cultura as formas de apagamento das matrizes da cultura africana no Brasil que deflagram um prolongamento do racismo, além de apontar a manutenção e/ou ausência de políticas que manteriam as condições dos negros análogas às vividas no período escravista. NASCIMENTO, A. *Genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

17 Perspectiva foucaultiana trabalhada por Mbembe a partir da inclusão do escravismo como parte da fórmula que inaugurou a biopolítica. Cf. MBEMBE, A. op. cit. p. 122

responsável por impulsionar sucessivas individuações pode ser considerada como uma memória virtual, campo de intensidades que atravessam o indivíduo, e o transindividual como reposição desta carga na individuação psico-coletiva, podemos considerar que o coletivo com sua história e suas tensões atuais oferece um repertório para a individuação de um indivíduo ou do coletivo ao qual ele se vincula. Partindo também da reposição do problema da raça que dinamizam a filosofia contemporânea, pretendemos perseguir as implicações da individuação psico-coletiva dos indivíduos e dos grupos racializados. Saberemos responder: o que a experiência da escravidão nas Américas e sua longuíssima e atual repercussão provoca naqueles para quem a identidade é uma imposição que o mantém na esfera da sujeição e numa permanente perda de si?

O problema do racismo no Brasil remonta à formação do Estado, e é consequência do colonialismo em todas as suas formas de manifestação. As fontes do racismo devem ser expostas a fim de melhor entender a manutenção de relações sociais herdeiras do escravismo. Investigar o prolongamento do racismo como relação social no Brasil hoje exige deslocamentos teóricos. O primeiro deles é aquele que interpreta a modernidade como convenção escrita segundo narrativas eurocentradas, que valorizam a ideia de um momento de convergência das tecnologias científicas e organizações políticas que deram origem à formação dos Estados-nação e à invenção do modo de produção industrial. Disto, nos valem da ideia de que os primeiros passos ensaiados pelo Brasil colonial não deixam dúvidas quanto à dependência da narrativa metafísica de definição e hierarquização das raças que justificaria o escravismo como um modo de produção historicamente novo¹⁸. O comércio transatlântico de africanos inaugura de uma só vez a geopolítica da exploração e a naturalização jurídica do sujeito sem direito. O colonialismo europeu trouxe para as Américas um modo de produção cujos transportes intercontinentais envolviam além de vegetações e minérios, negros africanos escravizados. O processo de individuação do negro em todo o continente americano se prolonga na ambiguidade da liberdade, que só pode ser realizada a partir da concessão do colonizador, mediada pelo valor do indivíduo negro enquanto mercadoria, sujeito sem direito no Estado colonial.

O projeto colonial impunha não somente as diversas culturas africanas escravizadas sua derrocada, como também subordinava homens, mulheres e crianças a um ciclo ininterrupto de violência. A começar pela captura, passando pelos navios negreiros até o trabalho forçado em campos agrícolas ou de extração mineral, a experiência do negro é marcada por psicopatologias as mais diversas. As patologias inventadas pela colonização a partir da violência só poderiam ser geradoras de mais violência, como resposta à violência sofrida, mas também como delírio coletivo. Frantz Fanon psiquiatra que investigou os processos de subjetivação do indivíduo racializado em *Peles negras*,

18 Ver em *O escravismo colonial* como Jacob Gorender lança mão de uma abordagem sobre o escravismo como um eixo fundamental para o estabelecimento de uma forma particular de produção capitalista. GORENDER, *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 6ª edição, 2016.

mascaras brancas (1952) descreve a violência como a fonte das psicopatologias decorrentes da racialização: “Em toda a sociedade, em toda a coletividade, existe, deve existir um canal, uma porta de saída por onde energia acumuladas sobre a forma de agressividade, possam ser liberadas”¹⁹. Diante da captura totalizadora no enredo colonial indivíduos negros foram atirados num processo de expropriação de seu tempo, de seu trabalho, da sua vitalidade e de seu corpo. O uso físico e simbólico da violência é a fórmula de sucesso da colonização, diz Fanon. A violência do colonizador não se impunha somente pela força física da privação ou do açoite, o processo de subjetivação quando permanentemente atravessado pela racialização tem o poder de desmontar o indivíduo até que não reste memória sobre memória de sua vida passada, de seus laços culturais. O corpo desnaturado, o corpo desritimado, o corpo violentado, o corpo amputado construía pouco a pouco o primeiro autômato da modernidade: o corpo do negro, transformado em máquina aculturada e impotente.

É importante notar que Fanon incorpora a sociogênese para nos informar que se há alguma chance de desalienação do negro ela depende de uma tomada de consciência abrupta das realidades econômicas e sociais. O complexo de inferioridade, por exemplo, é fenômeno decorrente da racialização e ele se deve a um duplo processo, primeiro econômico e depois por interiorização dessa inferioridade. Fanon mostra que a racialização é um projeto que se atualiza, tal como o capitalismo e submete populações inteiras à subjetivações que inferiorizam os indivíduos, os forçam a uma condição psíquica e coletiva entristecida e sistematicamente massacrada e descartável. Destacamos a tese apresentada por Fanon sobre os regimes de violência e a que estão submetidos os indivíduos racializados e a cisão social que isto provoca. Tese esta que se aplica quer o contexto seja escravista quer seja pós abolição, já nas bordas da instauração do Estado nacional e da república, como no caso brasileiro²⁰. Em suma, com Fanon sabemos que o modo de subjetivação dos indivíduos racializados se dá pelo atravessamento das forças da violência física, psíquica, material e simbólica.

As imagens violentas da racialização se prolongam na individuação do negro, do corpo negro que é subjugado como indivíduo portador de um deficit de humanidade, tal como promovia a narrativa metafísica da raça investigada por Achille Mbembe em *A Crítica da razão negra*. O que

19 FANON, F. 182. *Peux Noir, masque blanche* in Ouevres. p. 182.

20 1. Angela Alonso no livro *Flores, Votos e Balas* resultado de uma pesquisa que procura redefinir o movimento abolicionista no Brasil diz que a urbanização proporcionou a criação de um espaço público como um lugar onde se discutiam “assuntos de interesses comuns, disseminava-se um novo padrão de sensibilidade que redefine a escravidão de natural à abominável” (p. 18). É importante notar que esta nova sensibilidade aparece como o efeito da cisão social que separava abolicionistas e escravistas no plano político, e que refletia no campo das relações sociais. Para a autora, um movimento social se caracteriza pela triade movimento, estado, contramovimento. Com esta obra nos parece sugestiva a hipótese de que esta exata combinação que define um movimento social se prolonga do movimento abolicionista atravessando o século XX, atualizado através do movimento negro nas lutas antirracista. ALONSO, A. *Flores, Votos e Balas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

2. São 100 anos que separam a abolição da escravatura da constituição de 1988, onde pela primeira a população negra, representada pelos quilombolas, tem direito à reparação reconhecido.

vemos construir no problema da raça não é apenas uma disputa dentro dos limites das instituições por espaço e pela igualdade, que expõe uma correlação de forças via de regra desigual; deve-se incluir o que expressa o gesto vital de uma população que precisa enfrentar o fantasma colonial.

“Reduzindo o corpo e o ser vivo a um caso de aparência, de pele e de cor, concedendo a pele e a cor o estatuto de uma ficção de assento biológico, os mundos euro-americanos, em particular, fizeram do Negro e da raça duas vertentes de uma única e mesma figura, aquela da loucura codificada. Operando de uma vez como categoria originária, material e fantasmática, a raça teria sido, ao longo dos séculos precedentes a origem de repetidas catástrofes, a causa de devastação psíquica inauditas e de inumeráveis crimes e massacres”²¹.

A distribuição da violência é ao mesmo tempo gênese e expressão da individuação do negro. Reconduzir as combinações das forças que conjugam a racialização contribui para entender porque o transindividual no caso do indivíduo negro está em permanente tensão com a autodeterminação. Ora, se o indivíduo se reconhece por um modo de subjetivação produzido na relação com o coletivo, seria possível para o indivíduo negro ser apossado de uma autodeterminação engendrada a partir de relações sociais pré-figuradas pelo racismo? Para Mbembe a autodeterminação pode ser identificada na passagem da instrumentalização prática e desqualificação moral constituidoras da razão ocidental do negro, para um gesto seguinte que corresponde a um modo de presença, um olhar interior e uma utopia crítica²². Essa passagem é também uma reconfiguração epistemológica sobre o estatuto do indivíduo negro que passa de objeto para sujeito, que deixa de ser a resposta da questão ‘Quem é?’ para responder às questões: “Quem sou eu?, Serei eu em, boa verdade, quem dizem que eu sou?, Será verdade que não sou nada a não ser isto – a minha aparência aquilo que se diz e se quer de mim? Qual é meu verdadeiro estado civil e histórico?”²³. Esta passagem não é feita senão em meio a tensionamentos que vigiam a manutenção dos discursos múltiplos, divergentes e contraditórios sobre o estatuto da raça de quem procura repostas para a questão ‘Quem é’. Para o filósofo, esta passagem depende do acumulado de um repertório crítico sobre o problema da raça com toda sua ambiguidade, que se expressa em abordagens que oscilam em valorizar a força vital ou em apontar sua fraqueza efeito de uma subjetivação ultrajante. A autodeterminação de Achille Mbembe incorpora a raça como deslocamento dos limites da identidade, que torna possível inverter o sentido puramente negativo da raça representada como contraste para quem vê no negro um outro inassimilável. A autodeterminação pode ser uma resistência ao racismo como relação social e como modelo institucional que obriga o indivíduo racialmente marcado a ser o que ele não quer ser por meio de todo um sistema de violência material e simbólica.

Em *A crítica da razão negra*, a autodeterminação é um conceito utilizado para delimitar que a condição racializada do indivíduo negro exige um trabalho permanente de afirmação de si face aos três fatos que determinantes para a consolidação da raça como discurso histórico e como realidade

21 MBEMBE, A. op. cit. p. 11

22 Cf. Idem. p. 51

23 Idem

social. Escravidão, colonização e apartheid correspondem ao tripé que sustenta um tipo de aprisionamento ao qual a definição do ser negro está submetida. Extrai-se deste conjunto três implicações que determinam a condição humana ou sub-representação humana a que o indivíduo negro terá acesso. A primeira delas é a *separação de si mesmo*, a partir do que sua identidade foi cindida de si mesmo, resultado de uma identidade superposta inerte e alienada; deste modo, o indivíduo deixa de se reconhecer, de tomar para si o desejo de construir sua própria identidade, forçado por um “espetáculo de cisão, de desmembramento”²⁴. Em segundo lugar, a *desapropriação*, consequência da interdição jurídico econômica, que ao mesmo tempo impõe o aviltamento material e a submissão caracterizada pela imposição de uma identidade forjada pelo outro; resta por isso o que o filósofo denomina um empobrecimento ontológico²⁵. Acrescenta-se como a última característica a condição servil, que culmina na morte civil simulada pela “negação da dignidade, pela dispersão e pelo tormento do exílio”²⁶. Estas consequências estruturam os limites ou o que impulsiona o que Mbembe define por autodeterminação. “Nos três casos fundadores que foram a escravidão, a colonização e o apartheid terão servido de centro unificador do desejo do negro de se-saber-ele-mesmo (o momento da soberania) e se-ter-a-si-mesmo no mundo (o movimento da autonomia)”²⁷. Este diagnóstico seguirá uma longa investigação sobre a administração colonial do indivíduo negro e dos impasses para a moderna noção de liberdade, que, ao fim ao cabo, conseguiu compatibilizar a liberdade individual com a racialização promovida pela estrutura dos Estados independentes. Contudo, promovida a um conceito que opera a readequação da ideia de identidade, a autodeterminação aparecerá com maior peso no último capítulo da *Crítica da razão negra* dedicado à clínica do sujeito, que propõe o estudo dos textos afrocentrados como a solução para a consolidação de um acervo que contempla a reflexão sobre a raça promovendo uma crítica da razão propriamente negra.

24 Idem, p. 119

25 Idem

26 Idem, 120

27 Idem

Plano de trabalho

Buscaremos em nossa pesquisa de pós-doutorado investigar os elementos acima formulados, que aqui repetimos:

(1.) fornecer uma interpretação do *transindividual* em Gilbert Simondon. Neste momento será analisadas, em especial, a tese de 1958 *Individuatoin à la lumière de las notions de forme et d'information*.

(1.2) ampliar a investigação deste conceito nas formulações de análise teórico-políticas, apropriando-se da análise bibliográfica sobre o tema, incluindo as proposições de Etienne Balibar;

(2) fornecer uma interpretação da *autodeterminação* em Achille Mbembe, elucidando a categoria raça, mobilizada para constituição deste conceito. Neste momento, além da *Crítica da Razão Negra* serão analisados os trabalhos recentes de Achille Mbembe como *Politiques de l'inimitié* (2016) e *Brutalisme* (2020)

(2.1) investigar as fontes teóricas que Mbembe define como articuladoras da racialização, em especial na Modernidade

(3) investigar e articular a noção de identidade presentes tanto em Simondon como em Mbembe.

(3.1) investigar as contribuições de autores afrocentrados para delimitação da noção de identidade, em especial as proposições de Frantz Fanon.

(4) avançar na tentativa de compreender de maneira mais englobante o contexto sócio político da permanência do racismo na contemporaneidade partir de teorias sociais afrocentradas.

(4.1) ir mais a fundo na pesquisa sobre as consequências individuais e coletivas da manutenção do racismo;

(5) organização de seminário para compartilhamento dos resultados parciais e final da pesquisa.

(6) publicação de artigo e capítulo de livro com o resultado da pesquisa.

Cronograma

O presente projeto de pesquisa de pós-doutorado tem como base o período de 24 meses, podendo, se necessário, ser estendida até um total de 36 meses. Assim sendo, planejo o seguinte andamento das pesquisas: Dedicarei, inicialmente, os 12 meses iniciais aos pontos (1), (2) e (3) apresentados no plano acima. Quando mapeado inicialmente todo o escopo principal da pesquisa, dedicarei o terceiro semestre a uma temporada de pesquisas no exterior, para o aprofundamento das principais questões destacadas dos pontos inicialmente trabalhados. Nesse período, será possível, em primeiro lugar, ter acesso cotidiano a bibliotecas melhor equipadas do que as que aqui dispomos no Brasil – no que diz respeito à bibliografia tanto da teoria de Simondon como da filosofia de Achille Mbembe e de teorias sociais afrocentradas – e, em segundo lugar, participar de grupos de pesquisa e seminários com o objetivo de expor os resultados da pesquisa em andamento, assim como conhecer outras pesquisas para situar a abrangência internacional do projeto. No quarto semestre, de volta ao Brasil, mapeadas e aprofundadas as questões dos pontos (1), (2) e (3), planejo dedicar-me ao ponto (4) e, concomitantemente, coordenar um seminário para os alunos do departamento de Filosofia da USP, tendo como tema, *transindividual e a autodeterminação para pensar o indivíduo negro na contemporaneidade*. Além do cumprimento deste plano, dedicarei o empenho necessário para contribuir com as atribuições no desenvolvimento do projeto temático “*Poder, conflito e liberdade: Espinosa e os percursos da filosofia política moderna e contemporânea acerca da democracia*”.

Bibliografia

- ALONSO, A. *Flores, Votos e Balas, o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- BALIBAR, E. *Spinoza, From individuality to transindividuality*. Eburon Delft, 1997
- BONTEMS, V. (dir). *Gilbert Simondon et l'invention du futur*, Paris: Klincksieck, 2016
- CASTRO, E. V. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CESAIRE, A. *Discurs sur le colonialisme*. Paris: Presence Africaine, 2004.
- COMBES, M. *Simondon - individu et collectivité: pour une philosophie du transindividuel*. Paris: PUF, 1999
- _____. *A vida por nascer*. EcoPos, v.20, n.1, 2017
- FANON, F. *Peux Noir, masque blanche* in Oeuvres. Paris: La Decouvert, 2011
- GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Editora 34, 2001.
- GLISSANT, E. *Philosophie de la relation*. Paris: Éditions Gallimard, 2009
- GORENDER, *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 6ª edição, 2016.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Cl. *Race et histoire*. Paris: Folio essais, 1987
- MBEMBE, A. *Critique de la raison negre*. Paris : La Decouvert, 2013.
- _____. *Brutalismo*. Paris : La Decouvert, 2020
- _____. *Politiques de la inimitié*. Paris : La Decouvert, 2016
- _____. *Necropolítica*. São Paulo:N-1 edições, 2018
- MILLS, C. *The racial contract*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1997
- MUNANGA, K. *Negritude, usos e sentidos*. São Paulo: Autêntica, 2009
- NASCIMENTO, A. *Genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NOVO, M F S. *Subjetivação e identidade: implicações do transindividual em Simondon*. Curitiba: Revista dois pontos, 2019.
- SIMONDON, G. *L'individuation à la lumière des notions de formes et d'information*. Paris: Jérôme Millon, 2005.
- _____. *Deux leçons sur l'animal et l'homme*. Paris, Ellipses, 2004
- _____. *Curs sur la perception*. Paris, Les Edition Transparence, 2006
- _____. *Du mode d'existence des objets techniques*. Aubier-Montaigne, 2012
- _____. *Les limites du progrès humain* in Les Cahiers Philosophiques. N°42, 1990.
- GUCHET, X. *Simondon, la technique, la politique et la vie* em Revista Dois Pontos, Curitiba, São Carlos, v.12, n.1 2015.
- SANTOS, L. G. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2011.